



Ateliê de História

Palavras - chave:

Integralismo; Portugal; Brasil;
Antônio Sardinha; Plínio
Salgado.

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar as obras de Plínio Salgado e Antônio Sardinha, ambos teóricos do movimento político-cultural denominado Integralismo. Trata-se de um estudo comparado entre as temáticas que abordam, de acordo com as peculiaridades de seus países de origem. Através da metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin, pretende-se compreender os princípios fundamentais da obra desses teóricos, bem como os seus textos inspiravam o movimento integralista em Portugal e no Brasil. O ano de 1914 é marcado pelo início das atividades do Integralismo Lusitano, com o lançamento da revista A Nação Portuguesa, da qual Antônio Sardinha foi diretor. Já no Brasil, podemos destacar o Manifesto de Outubro, publicado em 1932, fruto da fundação da Sociedade de Estudos Políticos e da Ação Integralista Brasileira, sendo Plínio Salgado seu idealizador e principal expoente.

“DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: OS INTEGRALISMOS DE PLÍNIO SALGADO E ANTÔNIO SARDINHA

Milena Santos Mayer ¹

Carmencita Holleben de Mello Ditzel ²

INTRODUÇÃO

*A História é o privilégio que é necessário
recordar para não esquecer-se a si próprio.*

Michel De Certeau

Mesmo com a decadência dos regimes totalitários pós-1945, nas últimas décadas é possível observar que há um recrudescimento dos movimentos conservadores de direita. Depara-se frequentemente com esta temática nos noticiários e em outros meios de comunicação. Com o advento da tecnologia, e principalmente da internet, se encontram inúmeros sites relacionados a essa questão, com a intenção de divulgar e recrutar adeptos para movimentos que são aparentemente recentes, mas que possuem suas raízes fundamentadas em ideias conservadoras de origem fascista, tanto no Brasil como em Portugal, o que acaba por despertar interesse pelo tema.

Este trabalho tem por fim, a partir da perspectiva da Nova História Cultural, propor reflexões sobre a história política e suas implicações. A pesquisa procurou comparar as concepções de Plínio Salgado e Antônio Sardinha e a maneira como esses intelectuais conduziram o movimento integralista, apresentando as particularidades em seus respectivos países. Dessa forma, analisa-se o papel do intelectual e da sua produção como ponto de fundamentação do integralismo, bem como estabelecendo os paralelos possíveis entre a doutrina lusitana e brasileira. É interessante também destacar que as ligações entre o integralismo brasileiro e o português no pensamento e na ação de Plínio Salgado foram indicados em alguns estudos, entre eles o de Héglio Trindade (1979) que caracteriza Salgado como o “mais lusitano de nossos integralistas” e também na tese de Carmencita Ditzel (2004).

Para a realização desta análise utilizamos a perspectiva de Charrier (1988, p. 27), que afirma:

as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas; todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursiva) que constroem as suas figuras.

1 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. Email: milenasmayer@gmail.com

2 Orientadora. Doutora em História pela UFSC. Professora do Depto. de História e do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História – UEPG.

Como o movimento integralista se apresenta multifacetado, partimos do princípio que imaginário e real são termos complementares, e por consequência, adota-se a perspectiva de Bronislaw Baczko. Esta pesquisa encaminha-se na busca das especificidades e dos desdobramentos, procurando compreender como os valores morais e religiosos se incorporaram na complexidade do movimento e das relações sociais que o cercam, no conjunto de suas representações.

A análise tem como fio condutor a relação texto-contexto e a leitura como uma prática produtora de sentido. A partir da obra destes intelectuais, acessíveis através da imprensa ou de outras publicações, com seus discursos sustentados na defesa da hierarquia, da ordem, da pátria, e na representação de uma nação que precisa ser conduzida, analisaremos o movimento integralista. Os conceitos de representação e lutas de representações propostos por Chartier serão fundamentais nesta interpretação. Lembra-se que os discursos não são neutros, mas, conforme leciona o autor, estão colocados em um campo de disputas em termos de poder e dominação.

Parte-se de tais considerações, bem como da metodologia de Laurence Bardin, para conduzir este trabalho. Em seu livro “Análise de Conteúdo”, a autora propõe um modelo de análise textual para as ciências humanas. O modelo de Bardin auxilia na seleção das “unidades de registro e contexto”. A primeira, entendida como unidade de base da análise, podendo ser a palavra, o tema, o objeto, o personagem, o acontecimento, o documento, entre outros, variando de acordo com o interesse do pesquisador. Já a “unidade de contexto” faz reverência às estruturas sociais e ao universo simbólico em que se encontra o texto analisado. Para Bardin:

a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque

de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p. 31).

Os textos utilizados nesta pesquisa foram submetidos a recortes temáticos adequados às especificidades deste estudo. O tema é apresentado como “unidade de significação”, cuja validade tanto pode ser linguística como psicológica ou histórica. As fontes, ou seja, os textos produzidos pelos intelectuais pesquisados e os discursos dos mesmos, são apresentados como expressão de imaginários sociais.

No primeiro capítulo faz-se uma breve contextualização dos movimentos integralistas em Portugal e no Brasil, apresentando seus principais expoentes: António Sardinha e Plínio Salgado, bem como suas produções e atuações políticas. No segundo capítulo encontra-se a análise de alguns textos da produção escrita dos dois intelectuais integralistas.

1. MOVIMENTOS INTEGRALISTAS: BRASIL E PORTUGAL

1.1. ‘Fascismo ou Fascismos?’

“Consideramos de antemão fadada ao fracasso qualquer tentativa de análise teórico-explicativa que se revele incapaz de levar, na devida conta, a realidade multifacetada do fenômeno fascista” (FALCON, 1991, p. 140). Assim Francisco José Calazans Falcon inicia a sua reflexão/revisão sobre o fascismo. O autor admite que em um primeiro momento, em meados na década de 1970, se pensou que a explicação do fascismo era definida “a partir da chamada crise do capitalismo monopolista e articulava-se a crise do Estado Liberal no contexto da conjuntura europeia do período entre guerras”. Através deste contexto conhecia-se a origem do

movimento. Posto isto, os fatores políticos, econômicos e sociais acabavam por explicar o fenômeno sem muitos questionamentos. Entretanto, na década de 1990 o autor revê suas posições afirmando que há incertezas e interrogações que trazem a tona um problema conceitual: ‘fascismo ou fascismos’?

É possível encontrar definições diversas em relação ao conceito do assim chamado fascismo. Entretanto, existem três significados que ganham destaque quando nos referimos ao termo. O primeiro é estabelecido diante da sua origem histórica na Itália, que é o Fascismo Italiano com todas as suas especificidades e seu contexto, o segundo está relacionado ao alcance internacional das ideias fascistas que foram comparadas ao nacional-socialismo na Alemanha chegando a ser denominado Fascismo Alemão e o terceiro seria o Fascismo Histórico que diz respeito a todos os regimes ou movimentos que partilham da seguinte definição, proposta por Edda Sacommani:

Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração das classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento das organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais (apud BOBBIO, 1995, p. 466).

A partir dessa definição e do diálogo com outros autores é que irá se tratar o conceito integralismo, tanto o brasileiro quanto o lusitano, como movimentos fascistas contextualizando e salientando suas especificidades. É importante ressaltar que já a partir dos anos de 1920, contemporâneos do próprio fascismo italiano, são elaboradas diferentes perspectivas em relação ao conceito e até os dias atuais buscam-se novas interpretações, o que leva a encarar esse movimento como um fenômeno de muitas faces e que se apresenta como um sistema complexo tanto para historiadores como para outros pesquisadores das ciências sociais.

Os movimentos analisados nesta pesquisa se localizam temporalmente no século XX, no entanto faz-se necessário direcionar o olhar para o século XIX a fim de buscar compreender as novas ideias, “o pensamento europeu moderno”, como sugere a obra de Franklin Baumer (1990), principalmente em relação ao nacionalismo, questão que nos interessa diretamente.

Durante esse período a sociedade começa a ser pensada sob o signo do progresso, signo este que se reflete na configuração intelectual do mesmo momento. Baumer propõe quatro linhas de pensamento que exemplificam esta nova configuração e o significativo aumento de novas ideias. A primeira seria a Romântica, cuja característica principal para esta pesquisa seria o próprio nacionalismo; a segunda diz respeito à linha Neoiluminista, na qual também permanecem ideias nacionalistas e de progresso; a terceira seria a Evolucionista que a partir do Darwinismo é aplicada (termos como “evolução”, “seleção do mais forte”, entre outros) nos mais variados campos do conhecimento, e por fim o *Fin-de-Siècle*, no qual apesar do positivismo e iluminismo ainda permanecerem no auge, há um maior questionamento em relação ao culto da ciência através principalmente da filosofia, reite-

rando que não seria uma crítica à ciência, mas sim ao cientificismo.

Apesar de serem postas separadamente, estas linhas de pensamento, acabam por dialogar, até por conviverem quase que simultaneamente como um processo, e não como ruptura. Posto isso, pretendemos estabelecer as bases para a compreensão da configuração intelectual que se segue em relação ao nacionalismo conservador do século posterior.

As ideias nacionalistas e conservadoras do século XX, são fortemente influenciadas pelo comitê de *L'Action Française*, criado por Henry Vaugois e Maurice Pujo. Em 1899, com a publicação da revista *Revue de L'Action Française*, as ideias ultranacionalistas e a defesa de uma monarquia hereditária e anti-parlamentar, através de Charles Maurras o qual tornou-se responsável pela revista, são propagadas na Europa com seus ideais conservadores, antidemocráticos e antirrepublicanos, reconhecidos como nacionalismo, o qual se opõem diretamente aos movimentos revolucionários do século XIX.

A influência da revista e do jornal diário que a substitui em 1908 transpôs os limites da França e distintos grupos de outros países da Europa, considerados conservadores, adotavam as opiniões do pensamento de Maurras e de seus apoiadores. Em meados da década de 1920, há uma crise entre os adeptos da *Action Française*, devido a condenação e a proibição da leitura do jornal pela Igreja Católica. O jornal reage com críticas ao Papa e pregações anticlericais o que acaba acarretando o afastamento de um grande número de católicos. Contudo, o jornal continuou a ser publicado até o ano de 1944, condenando em suas páginas a resistência aos alemães, aos judeus, aos democratas-cristãos e aos comunistas, ano este em que Maurras foi preso, vindo a falecer oito anos mais tarde (SILVA et al, 2000, p. 310).

É importante ressaltar também que:

O grande divisor de águas é dado pela Ilustração e pelo Iluminismo, afirmação inicial de uma modernidade que se materializa na chamada “Revolução Burguesa”, em seu sentido mais amplo, e contra a qual se desdobram as peripécias da trajetória do tradicionalismo conservador, em seus múltiplos avatares, pelo menos até a Primeira Guerra Mundial. Se não tivermos presentes tais raízes, a chamada direita radical do período entre guerras se tornará incompreensível e, com ela, o próprio fascismo (FALCON, p. 33).

A guerra acelerou o processo de maior intervenção econômica do Estado, e a crise que se seguiu intensificou essa tendência de ampliação da atuação do mesmo, em contrapartida aos ideais liberais de neutralidade diante dos processos econômicos. É durante esse período do pós-guerra que o pensamento de revolução deixa de ser apenas uma ideia para se tornar algo concreto. A partir da Revolução Bolchevista a “revolução” aparece como possibilidade para os grupos e organizações que se opõem ao Estado Liberal.

A novidade, no entanto, era que a ‘Revolução’ deixaria de ser monopólio de socialistas, comunistas e anarquistas, pois, entre os setores que habitualmente denominamos de conservadores, direitistas, ou ‘contrarrevolucionários’, logo surgem vozes que se opõem a revolução ‘vermelha’ ou ‘bolchevista’, em nome do que intitulam ‘outra revolução’, ‘terceira revolução’ ou ‘verdadeira revolução’. Desprezada pela historiografia de viés marxista, pois, ‘é evidente’ que a direita jamais poderia ser revolucionária, por definição, essa “outra revolução” só em época relativamente recente voltou a ser estudada, recuperando-se o conceito de ‘revolução conservadora’ (FALCON, p. 39-40).

A contrarrevolução é uma temática recorrente nos textos integralistas. Entretanto, aparece de maneira enfática nos artigos de Sardinha, por se tratar de um contexto mais próximo, tanto em relação ao território (a Europa) quanto em relação a temporalidade. António nasce em 1887, próximo ao surgimento da revista *Action Française* (1898),

um dos meios mais influentes de propagação dos ideais conservadores daquele período, como já mencionado.

Para Sardinha, a Revolução Francesa é culpada por boa parte dos males aos quais todos os países influenciados por ela sofriam naquele momento, pois a Revolução é responsável por um questionamento da ordem e da hierarquia, que propunha uma nova forma de se construir uma nação. Ainda batia de frente com uma das questões mais defendidas por ele: a monarquia. Afirma que a constituição das Repúblicas acabou por piorar a situação das camadas mais populares.

Corresponde, pois, pelo que fica expendido, a forma republicana a um hermético sistema de casta onde a concentração do domínio se reparte por um clan reduzido, abastecendo-se do privilégio e da isenção. Ontem as composições aristocráticas, monopolizando os meios e os fins, dispendo em absoluto da terra, da numária, dos cargos, do sacerdócio, - como na Roma consular - hoje as supostas democracias devorados pelo plutocratismo, como o capitalista a aprisiona-las nos tentáculos sôfregos, sam a prova de toda hora, prova cheia de prevenção e vigor, que não ha dialéctica que a desmorone, nem sofisma que a controle e entenebreça (SARDINHA, 1914, p. 12).

Gilberto Calil ressalta que os movimentos fascistas não são organizados *a priori* como “instrumentos do grande capital”, mas, ao contrário, surgem historicamente constituídos pela pequena burguesia e apenas posteriormente, com o acirramento da luta de classes, passam a expressar diretamente o interesse do grande capital. Exemplificativamente, o autor cita uma definição inicial das características gerais dos movimentos fascistas proposta por Konder:

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma más-

cara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, anti-socialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (KONDER apud CALIL, 2005, p. 152).

Segundo o mesmo pesquisador muitos autores observam o predomínio da pequena burguesia no que diz respeito a composição social dos movimentos fascistas, junto com a ideologia adotada e a estruturação interna, sendo estas características comuns destes movimentos (CALIL, 2005, p. 152). Este é um ponto que se pode observar em relação aos movimentos estudados nesta pesquisa.

1.2. Na Universidade de Coimbra: nasce o integralismo

Para Paulo Archer de Carvalho (1993), o integralismo lusitano tem seu início a partir de 1911-1912 com a implantação do regime republicano em Portugal. Contudo, é em 1913-1914 que o movimento se consolida. O autor apresenta três marcos para delimitar o fim do integralismo português: o ano de 1925 com o falecimento de António Sardinha, seu principal incentivador; o ano de 1932 data em que a Junta Central dissolve o movimento; ou então, o triunfo da nova ordem constitucional em 1933 instaurando o Estado Novo, sendo esta última à indicada por Carvalho.

Para António da Costa Pinto (1982), a proclamação da República, em 5 de outubro de 1910, se constituiu como o fator deter-

minante da concepção do integralismo enquanto ideologia. A República resulta de uma nova dinâmica social, na qual há uma erupção do movimento operário e um aumento da participação dos grupos sociais urbanos no campo político. Para os jovens integralistas, arraigados em um tradicionalismo conservador, o ‘5 de outubro’ era a representação dos princípios do século XVIII e da Revolução Burguesa, contra a qual mantinham posição contrária (PINTO, 1982).

O programa de regeneração nacional, proposto pelo grupo dos esotéricos³, procurou combater a recém-implantada república, com materiais simbólicos e teóricos. Nota-se a influência do movimento da *Action Française* e do maurrasianismo, não só no que diz respeito às propostas, mas também em relação ao programa doutrinário e ideológico, com a criação de publicações de divulgação e propaganda dos ideais conservadores, como a revista *Nação Portuguesa*.

Segundo António Costa Pinto, Pequito Rebelo traça o quadro – república democrática versus monarquia integral – sintetizando de forma clara o projeto político integralista, em um artigo publicado na 1ª série da revista *Nação Portuguesa*. A respeito desse projeto o autor destaca:

À pretensa soberania popular (“multidão, com a sua baixa psicologia e suas inferiores reações de sentimentos”) opõe-se a Nação organizada, hierarquizada e selecionada. Ao sufrágio universal opõe-se a representação dos núcleos tradicionais: a família, os municípios, as profissões. O Parlamento é substituído por uma Assembléia Nacional, representativa de forças vivas, com um caráter consultivo e técnico. À centralização do Estado liberal, destruidor da vida local, mãe do urbanismo, opõe-se a “monarquia integral”, a descentralização anticósmopolita e ruralizante, que permita ao “país eminentemente agrícola o cumprimento de sua missão histórica”. A representação corporativa é também solução para a economia liberal, para as suas crises e apara a “agitação desastrosa da sua luta de classes (PINTO, 1982, p. 1416).

Em Portugal, o Integralismo tem sua essência idealizada na Universidade de Coimbra, pelas elites estudantis oriundas principalmente da Faculdade de Direito. Em 1908 coexistem na Universidade dois Centros Acadêmicos opostos, o Centro Acadêmico Republicano (CAR) e o Centro Acadêmico Monarquista (CAM). António Sardinha, a princípio integrava o grupo dos republicanos, porém aproximava-se e dialogava com estudantes monarquistas, pois publicavam poesias na imprensa estudantil. Entre Dezembro de 1917 e Dezembro de 1918, o movimento funda o diário *A Monarquia*, importante veículo para o início da propagação das ideias integralistas.

Com a vitória de Sidónio Pais para a presidência e a publicação do jornal ‘A Monarquia’, o movimento atinge relevância em 1917. Sardinha torna-se deputado e, com outros aliados, tem a oportunidade de iniciar um processo de afastamento de Sidónio, cogitando a possibilidade de um golpe monárquico contra o presidente-rei, como era chamado, e a República Nova. Artur Ferreira Coimbra Braga (2000) considera que, a partir de 1917, o movimento começa a atuar de maneira organizada e a doutrina do integralismo lusitano começa a inspirar vários textos legais, pois alguns chefes do movimento e outras pessoas envolvidas com o mesmo começam a ocupar cargos na administração pública. Neste período, a estrutura organizativa do integralismo lusitano integrava uma Junta Central, composta pelos fundadores, Juntas Provinciais e Juntas Municipais, de acordo com a divisão administrativa de Portugal. “As estruturas locais do Integralismo concentravam-se, sobretudo no interior Centro e Norte e tinham como ativistas e apoiantes maioritariamente proprietários rurais e alguns licenciados que se iam instalando nas sedes de alguns concelhos” (BRAGA, 2000, p. 51). Alguns núcleos estudantis, sobretudo universitários, nas grandes cidades, auxiliavam na permanência e propagação do movimento.

3 Os “esotéricos” era um grupo de jovens da Universidade de Coimbra, berço do integralismo lusitano.

No entanto, após o fracasso das ações em prol do afastamento de Sidónio, Sardinha exilou-se na Espanha em 1919.

1.2.1. A Revista Nação Portuguesa

A revista *Nação Portuguesa* lançada em 1914, não foi a primeira publicação coletiva do integralismo lusitano e nem a única⁴. No entanto, é ela que polariza e organiza o pensamento integralista assumindo um papel relevante no combate ao ideário liberal e republicano. O núcleo inicial da revista é constituído por António Sardinha, A. Xavier Cordeiro, Amadeu Vasconcelos, Hipólito Raposo, João Amaral, Pequito Rebelo, Luís Almeida Braga e Simeão Pinto Mesquita, além do secretário Nuno M. Teixeira e o do diretor Alberto Monsaraz. A partir do quarto número da publicação passam a colaborar Domingos Gusmão de Araújo, Alfredo Pimenta, Francisco de Sousa Gomes Veloso, Vieira de Almeida, Gustavo Ferreira Borges, José de Azevedo Castelo Branco, Garcia Pulido e D. Luís de Castro. Lembra-se que devido à ligação com a Universidade de Coimbra a revista teve sua primeira sede nesta cidade (CARVALHO, 1993, p. 8).

Todos esses nomes possuem destaque na construção do programa integralista. Entretanto, “a maior preponderância, a afetiva liderança reflexiva e a ‘alma’ do projeto editorial era, *indiscutivelmente*, António Sardinha”⁵, e durante os anos de 1922 e 1923 quando lançada a segunda série da revista, Sardinha assu-

me a direção da publicação. Agora sediada em Lisboa, a Sociedade Integralista Editora volta a publicar após um intervalo de 6 anos (1916-1922), um dos motivos desta pausa julga-se ter sido em decorrência do exílio de Sardinha durante os anos de 1919 a 1921.

Neste período, Sardinha expande as leituras com a intenção de alargar o espaço de intervenção do movimento:

É significativo que a revista passará a substituir, até desaparecer, “revista de cultura nacionalista”, e sofre um substancial alargamento redatorial com a colaboração de Rolão Preto, Manuel Múrias, Afonso Lopes Vieira, Carlos Malheiros Dias, Pedro Teotónio Pereira, Afonso Lucas, Avelino Soares, Rodrigues Cavalheiro, Castelo Branco Chaves, César A. d’Oliveira, Garcia Moreno, Rui Sá Carneiro, Nuno de Montemor, J. A. Vaz Pinto. Mantendo-se o formato e o grafismo da capa, algumas alterações formais se introduzem: aumenta o número de páginas (de 32-34 para 48) de cada fascículo, inclui-se publicidade, estabelece-se seções fixas ou crônicas e sai com maior regularidade (os doze números da série inicial, previstos para uma periodicidade mensal, arrastaram-se durante dois anos e oito meses) (CARVALHO, 1993, p. 9)

1.2.2. António Sardinha

António Sardinha nasceu em Monforte, Portugal, no ano de 1887, oriundo de uma família burguesa ligada a atividades agrárias, todavia interessou-se pelas letras e como já foi dito frequentou o curso de Direito na Universidade de Coimbra entre os anos de 1906 e

4 Segundo Carvalho, a primeira publicação foi *Alma Portuguesa*, a qual lançou dois números, um em maio e outro em setembro de 1913, tendo por subtítulo “Órgão do Integralismo Lusitano” sob direção de Domingos de Gusmão Araújo, na cidade de Gand na Bélgica, durante o exílio. Outras publicações que veicularam as ideias nacionalistas, o pensamento corporativo ou o tradicionalismo monárquico foram: *A Ideia Nacional*, *A Monarquia* (1917-1922), as revistas *Ordem Nova* (1926-1927), *Política* (1929-1931), *Pátria Nova* (1915), *Integralismo Lusitano* (1932), *Labareda*, *Terra Nossa*, *Reconquista*, *Lusitânia* e ainda *Revolução de Rolão Presto*, cuja leitura era declaradamente fascista, segundo CARVALHO, 1993, p. 7-8.

5 Em contato com as fontes, podemos perceber claramente a fundamental importância de Sardinha para o movimento, através de seus inúmeros textos, bem como através de outros textos que o referenciam e o homenageiam, principalmente após a sua morte em 1925.

1911. Durante este período foi adepto das ideias republicanas, fase esta que Ana Isabel Desvignes classifica como juvenil e romântica, permanecendo em seus ideais apenas o culto ao “municipalismo” uma influência transmitida pelo pensamento de Teófilo Braga e de José Félix Henriques Nogueira.

Com convicções republicanas heterodoxas, Sardinha manteve sempre boas relações com os meios conservadores e monárquicos, relações estas que lhe proporcionaram a possibilidade de publicar seus livros de ensaios e poesia. Quando se muda para Coimbra a partir de 1911, abandona definitivamente o republicanismo e adota a fé católica. “Passou então, no que ao catolicismo diz respeito, de uma fase estética e superficial para uma outra político-ideológica, instrumental, matriz de uma ideologia conservadora” (DESVIGNES, 2009). Inspirado em pensadores franceses contrários a Revolução, como Maurice Barrès e Henri Bergson, Sardinha desenvolve seus ideais e os ideais do Integralismo Lusitano. Fernando Martins, o qual faz duras críticas ao movimento português e em especial a Sardinha enquanto intelectual chega a dizer que “se não estivesse disponível no mercado internacional das ideias políticas um pensamento e uma prática contrarrevolucionária franceses prontos”, as quais foram aproveitadas pelos portugueses, “difícilmente Sardinha e os integralistas teriam sido aquilo que foram” (MARTINS, 2009, p. 217).

Para o autor citado, que analisa a obra de Ana Desvignes (2009), esta tem o mérito de não ocultar o antissemitismo de António Sardinha; entretanto se mostra demasiadamente compreensiva a sua posição em relação a este aspecto. Ressalta-se que a autora opta em escrever mais sobre a trajetória intelectual à política e dessa forma não analisa a estratégia de Sardinha em relação ao seu “projeto de união política da direita nacionalista e autoritária”, que acaba não se concretizando devido sua morte precoce em 1925.

Em relação ao Integralismo Português, Ditzel escreve que:

O pacto de Paris de 1922 encerra essa fase de intervenção política do integralismo lusitano, fragilizando o movimento, pois nas palavras de Hipólito Raposo: “o Pacto de Paris pôs o Parlamento acima dos direitos de Deus na questão religiosa, dos direitos do Rei na questão dinástica, dos direitos da Nação na questão constitucionalista.” O integralismo refluí após o Pacto retomando a atividade doutrinária com vigor atingindo os meios conservadores mediante a defesa do sindicalismo (fundamentado na escola de Georges Valois e no catolicismo social) e do nacionalismo (contra os partidos, as sociedades secretas, o bolchevismo e a intervenção estrangeira). É o momento da aproximação com o fascismo. A influência do integralismo se fortalecia à medida que sua organização e atuação política se fragilizavam. Assim, seu projeto marcou o Estado Novo português (DITZEL, 2004, p. 129).

A autora avalia que o movimento português exerceu expressiva influência nos ideais de Plínio Salgado e consequentemente no movimento brasileiro. O primeiro, como já explanado, surge no início do século XX, e o segundo ganha destaque a partir da década de 1930. Em Portugal, a partir de 1926, quem assume o poder é António Salazar, instituindo o Estado Novo um regime autoritário que perdurou até a década de 1970. A orientação ideológica deste regime assumiu um caráter católico desde o início, e as relações Estado-Igreja, como indica a autora, são elementos fundamentais para a compreensão da histórica política daquele país. Entretanto, mesmo diante da influência da Igreja é preciso notar que:

no salazarismo, ao contrário do que aconteceu na Espanha com o franquismo, nem o catolicismo foi declarado religião do Estado, nem o nome de Deus foi constitucionalizado... nem outras religiões eram (...) proibidas em a igreja nacional era subsidiada pelo Estado (CRUZ apud DITZEL, 1998, p. 117).

1.3. Brasil

No Brasil, após a 1ª Guerra Mundial, observam-se dois impactos sociais: o primeiro é a aceleração do processo de industrialização e o segundo o crescimento violento da luta social. As lutas sociais e as reivindicações operárias são elementos que se incorporam ao sistema da República Velha e influenciam a formação ideológica de Plínio Salgado, principal expoente do integralismo, e anos mais tarde irá influenciar o desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira (TRINDADE, 1979, p. 9).

Segundo Paulo Pinheiro (apud TRINDADE, p. 17), as rebeliões dos anos 1920 possuem um elemento em comum: o intuito de provocar mudanças no seio do Estado, através de um golpe, sem deixar que as massas populares intervissem no processo de mudança política. Assim, não obstante a “eclosão da luta social no início da década de 1920 e dos esforços de unificação do proletariado em organizações sindicais ou partidos socialistas, o movimento operário participará apenas de maneira marginal diante das transformações do sistema político em 1930” (Ibid., p. 15). Para Trindade, a organização em torno na expansão nacional do movimento integralista, em 1933, através de desfiles públicos e reuniões regionais se constitui na primeira organização de massa do Brasil (Ibid., p. 288).

A partir da década de 1920, conforme destaca o autor, há o início de uma “mutação ideológica” com base em duas tendências, a primeira teria um enfoque sociológico e a

segunda teria a intenção de criar um pensamento nacional autônomo.

A transformação das ideias no Brasil do pós-guerra está no centro da problemática política de Plínio Salgado, e para se compreender o conteúdo ideológico do integralismo torna-se indispensável penetrar no sentido da mutação das ideias na década de 1920. Ainda que o contexto fascista europeu decisivo para definir a natureza da ideologia integralista, não se pode desvinculá-la do clima intelectual do pós-guerra que se constitui a fonte onde o integralismo busca suas raízes nacionais (Ibid., p. 19).

Embora o movimento integralista não possa ser explicado unicamente a partir da trajetória de sua principal liderança⁶, o processo de socialização e formação política de Plínio Salgado dá indicações importantes sobre a base doutrinária que fundamentaria os princípios integralistas.

Em tempo, segundo Trindade, a partir de 1916, há o surgimento de revistas e movimentos com sentido nacionalista, com participação de intelectuais como Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e Alberto Torres, sendo este último um dos mais admirados pelos integralistas. Sentidos estes que também de certa forma estão presentes nas ideias de Jackson de Figueiredo, figura central da renovação católica, fundando a revista *A Ordem* em 1922, fruto do Centro Dom Vital que possuía como projeto a expansão da Igreja, voltando-se principalmente para a intelectualidade.⁷ Muitas dessas concepções serão lidas e aceitas por Plínio, o que consequentemente influenciam diretamente no projeto integralista.

6 Esta pesquisa irá destacar a produção de Plínio Salgado, entretanto é importante lembrar que outros intelectuais também pensaram e escreveram sobre o integralismo brasileiro. Os mais referenciados são Miguel Reale (1910 – 2006) e Gustavo Barroso (1888-1959).

7 Jackson de Figueiredo nasceu em 1891 e faleceu em 1928. “A plataforma política de Jackson de Figueiredo consiste então em organizar essa elite espiritual que deveria por direito (teológico) conduzir a vida nacional. Sua tarefa é expressamente a de criar instituições que formem, a partir do culto da ordem (e da hierarquia e autoridade, seus correlatos), novos quadros capazes de intervir, em nome do catolicismo e em consonância estrita com as diretrizes da Igreja, em todas as dimensões da realidade brasileira. É sintomático que o ateu que professara como única religião a amizade refira-se agora a seu grupo como “minha pequena Igreja”, comunidade ecumênica de homens livres para submeter-se à ordem que irradia o mesmo imperativo de submissão em todas as direções.” PINHEIRO FILHO, F. A. **A invenção da ordem**: intelectuais católicos no Brasil. Tempo soc. 2007, vol.19, n.1, p.38.

Este período ao qual nos referimos é marcado pelo fortalecimento de um nacionalismo brasileiro que aflora em muitos sentidos e com diferentes significados. Em relação à dimensão econômica, o nacionalismo do pós-guerra faz com que as nações periféricas busquem a proteção da indústria nacional contra a concorrência estrangeira, além da criação de organizações nacionalistas as Ligas e a Ação Social Nacionalista. Além de um nacionalismo cívico e econômico, o qual se tornará com o integralismo, na década de 1930, mais radical, estabelece-se também o nacionalismo em uma esfera intelectual, a qual modelará o pensamento de Salgado, contando com a revolução modernista e a nova dimensão que esta o traz, referindo-se ao “retorno as origens do povo brasileiro” (TRINDADE, 1979, p. 26).

Em um primeiro momento, o modernismo se apresenta como uma revolução estética, período esse compreendido um pouco antes da Semana de Arte Moderna em 1922 até por volta do ano de 1926. Entretanto, as questões políticas se sobressaem a partir do fim da década de 1920 e por toda a década de 1930, existe aí um paralelo com o Chefe integralista neste mesmo período.

Uma corrente buscava sintonizar a realidade nacional com o ritmo veloz e febril do novo mundo urbano e industrial; outra, igualmente filiada a correntes internacionais, de caráter conservador, marcada pelo apelo aos valores da natureza e do campo, pelo repúdio ao industrialismo e à modalidade da vida urbana, litoralista, cosmopolita e liberal. Ambas se unem pela oposição às pretensões da razão universal derrotada na guerra e advogam a originalidade de cada nação (PINTO, 2001, p. 435-436).

Plínio se enquadra, claramente, na segunda corrente apontada pela autora, bem como com o movimento espiritualista, os quais se desenvolvem em torno do Centro Dom Vital,

com Jackson de Figueiredo e outros intelectuais⁸.

1.3.1. Plínio Salgado

Fundador e chefe da Ação Integralista Brasileira, de família católica e de tradição política, nasceu em 22 de janeiro de 1895, em São Bento Do Sapucaí, interior de São Paulo e faleceu no dia 7 de dezembro de 1975, na capital do estado. Poeta, ensaísta, romancista, exerceu funções de jornalista, professor, secretário, contudo, em decorrência do falecimento de seu pai, foi impedido de continuar seus estudos formais, tornando-se assim um autodidata. Teve sua primeira experiência política em 1913, com a criação do Partido Municipalista, que tinha por objetivo defender os interesses dos municípios. No entanto, foi a partir de 1919, ano em que se mudou para São Paulo, que Plínio passa a ter uma intervenção política expressiva, ingressando no jornal Correio Paulistano, além da sua participação no movimento modernista e sua eleição para deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista, em 1927.

A formação intelectual de Plínio Salgado pode ser caracterizada em fases distintas: na adolescência, leu Lamarck, Haeckel, Le Bon, Spencer e Farias Brito – este último despertou seu interesse pelo espiritualismo; de 1922 a 1926, absorveu as ideias de Marinetti, Apollinaire, Max Jacob e outros; de 1926 a 1930, leu Marx, Sorel, Lenin, Trotsky, Raizanov, Plehanov e Feurbach. Durante os anos 20 e 30, Plínio leu e refletiu sobre alguns temas que se tornaram elementos de sustentação de sua doutrina: nacionalismo, Doutrina Social da Igreja, autoridade e ordem, crise do liberalismo e reformulação da organização do Estado (DITZEL, p. 106).

Seus primeiros livros, “O Estrangeiro” (1926), “O Esperado” (1931) e “O Cavaleiro

8 A esse respeito, ler Ângela Castro Gomes em: “Essa Gente do Rio...: Modernismo e Nacionalismo”, editora FGV, 1999, mas especificamente o capítulo: “Essa gente de Festa”, no qual autora escreve a respeito de publicações modernistas que caminharam nesse mesmo sentido.

de Itararé” (1932), são considerados romances de caráter político, nos quais o autor demonstra sua preocupação com a crise social e com o avanço do comunismo, bem como com a exploração do capitalismo internacional e as consequentes dificuldades econômicas vividas pela sociedade. Após o lançamento do Manifesto de Outubro de 1932, que marca o início das ações políticas da AIB, Salgado publica no ano seguinte “Psicologia da Revolução” e “O que é o Integralismo?” e, a partir daí, a maioria da sua produção intelectual se caracteriza pela fundamentação doutrinária. Todavia, a obra que o tornou conhecido, até mesmo em outros países, foi “Vida de Jesus” (1942).

Em abril de 1930 Plínio viaja para a Europa e entra em contato com o fascismo italiano, chegando a conversar com Mussolini. Essa aproximação o teria levado a amadurecer a sua proposta de ação política e reforçado a intenção de conduzir um “movimento de ideias”:

Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu processo, dada a situação diferente do nosso País. Também como eu, ele pensa que antes da organização de um partido, é necessário um movimento de ideias (SALGADO, 2005, p. 124).

1.3.2. Anauê!: a Ação Integralista Brasileira

No ano de 1932, nascem a Sociedade de Estudos Paulistas e a Ação Integralista Brasileira. O lançamento do Manifesto de Outubro, documento que apresenta, de maneira sintética, todos os princípios do integralismo, é o marco que dá início as atividades da AIB. Dividido em 10 partes, intituladas: Concepção do Homem e do Universo, Como entendemos a Nação Brasileira, O Princípio de Autoridade,

O Nosso Nacionalismo, Nós, os Partidos e o Governo, O que pensamos das conspirações e da politicagem de grupos e facções, A questão social como a considera a Ação Integralista Brasileira, A Família e a Nação, O Município, Centro das Famílias, Célula da Nação e O Estado Integralista, expõe o projeto do movimento a partir destas questões mencionadas:

Deus dirige os destinos dos povos. O Homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da Nação e o elevamento moral das pessoas. A riqueza é bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente impõe, para com a Sociedade e a Pátria. Todos podem e devem viver em harmonia, uns respeitando e estimando os outros, cada qual distinguindo-se nas suas aptidões, pois cada homem tem uma vocação própria e é o conjunto dessas vocações que realiza a grandeza da Nacionalidade e a felicidade social. Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual. Cumpre que cada um se eleve segundo sua vocação. Todos os homens são susceptíveis de harmonização social e toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e sobrenatural finalidade. Esse é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes cristãs da nossa História e está no íntimo de todos os corações...

A Nação Brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo a ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro... (SALGADO, 1955, p. 95)⁹

9 SALGADO, P. O Integralismo perante a nação. In: Obras Completas, V. IX, 1955, p.95. [1ª edição: 1948]. Neste livro editado após o término da AIB, Plínio reúne uma série de documentos como: Manifesto de Outubro (1932), Diretrizes Integralistas (1933), Estatutos da AIB (1934), Carta de Natal de dezembro de 1935, Manifesto Programa da AIB (1936), alguns de seus discursos, além de frases de membros do clero defendendo os ideais integralistas e a relação do Integralismo com a Igreja Católica.

A AIB surge a partir da Sociedade de Estudos Paulistas, na qual é formada uma comissão para se produzir o Manifesto. Entretanto é importante ressaltar que as eventuais modificações podem ser consideradas insignificantes e a autoria do documento é essencialmente de Plínio Salgado.

Sobre o Manifesto, Chasin propõe que este pode ser dividido em três grupos temáticos que norteiam implicitamente todo o documento, sendo: “a) fundamentos gerais; b) análise da realidade; c) proposta do Estado Integralista” (CHASIN, 1978, p. 128). Para ele o Manifesto apresenta um perfil geral da doutrina, “afirmando seus princípios mais gerais e culminando com a formulação de uma proposta de organização do Estado, que passa por mediações críticas que se referem à realidade nacional” (Ibid.).

Através da leitura do documento inaugural do integralismo podemos perceber claramente o destaque ao tripé da doutrina: Deus, Pátria e Família. A problemática religiosa proposta por Salgado é apresentada já na primeira frase do 1º capítulo “Deus dirige os destinos dos povos”. Segundo Chasin, isto significa para a doutrina que “Deus configura o universo moral em que se deve mover o indivíduo e consequentemente a sociedade”. O Manifesto alerta que o ideal possível de vida social harmônica está comprometido, pois os dois modelos existentes, o capitalismo e comunismo não o apoiam.

O capitalismo atentando contra o direito de propriedade, “baseado como se acha no individualismo desenfreado, assinalador da fisionomia do sistema econômico liberal democrático” e “o comunismo não é uma solução, porque se baseia nos mesmos princípios fundamentais do capitalismo, com a agravante de reduzir todos os padrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis, recrutados todas na burguesia”. Onde a única alternativa implica em “adotar novos processos reguladores da produção e do comércio. De modo que o governo possa evitar os desequilíbrios nocivos à estabilidade social”, em outros termos,

o Estado Integralista, que restabelecerá e garantirá a harmonia social (Ibid., 131-132).

Chasin é um dos poucos autores que não veem a AIB como um movimento fascista. Para ele as condições socioeconômicas da Alemanha ou da Itália fascista são diferentes das condições do Brasil e é por um viés marxista que defende que “fascismo e integralismo se põem como objetivações distintas” (CHASIN, 1978, p. 652). No entanto, seu trabalho traz consideráveis contribuições por sua análise a respeito do pensamento de Plínio.

Esta pesquisa vai ao encontro com a opinião de outros autores (TRINDADE; CHAUÍ; VASCONCELOS e outros), alguns inclusive já citados, que caracterizam o projeto político integralista como “fascista”, levando em conta todos os aspectos já apresentados e analisados no início deste capítulo, no que diz respeito a este conceito.

A Ação Integralista Brasileira, com seus ideais antiliberais e anticomunistas, propondo uma centralização absoluta de poder através do corporativismo e de um nacionalismo ufanista, congregou milhares de adeptos e “constituiu-se em sólida organização política que teve possibilidades concretas de tomada de poder no contexto conturbado da política brasileira da década de 1930” (CALIL; SILVA, 2000, p. 12). Através do apoio a represão aos movimentos sindicais e comunistas, bem como ao fortalecimento do Estado, a AIB contribuiu de maneira significativa para a instauração do Estado Novo. Entretanto, Getúlio Vargas constitui um regime ditatorial, sem partidos políticos, o que é determinante para o fechamento da AIB em 1937.

Com o partido na ilegalidade, a unidade nacional do movimento torna-se frágil, e os desentendimentos entre as lideranças ganham força na medida em que são fechados seus núcleos municipais e o chefe nacional já não consegue controlar as atividades do movimento, inclusive negando estar ciente

do ataque ao Palácio da Guanabara em maio de 1938, realizado por cerca de oitenta integralistas. Outras ações previstas pelos militantes foram igualmente frustradas devido à falta de articulação dos envolvidos. Muitos deles foram presos e perseguidos e no ano de 1939, Plínio foi mandado para o exílio em Portugal durante seis anos, onde estabeleceu relações com forças políticas locais.

Plínio volta para o Brasil apenas em 1946 com a queda de Vargas e assume a presidência do Partido de Representação Popular, o PRP, fundado em 1945, que traz em seu estatuto um programa intrinsecamente integralista, baseado em um “conceito espiritualista” a busca por uma “unidade orgânica da pátria”, o “engrandecimento moral, intelectual e econômico da nação”, e agora já no contexto do pós 2ª Guerra Mundial, “combate as ideologias totalitárias” (CALIL apud PATSCHIKI, 2008, p. 30). Após algumas coligações e apoio ao Partido Social Democrata em 1945, e a União Democrática Nacional em 1950, lança candidatura própria apenas em 1955, tendo como candidato o próprio Plínio Salgado.

Trindade afirma que a ideologia integralista surge a partir de um período de crise da sociedade brasileira se caracterizando não como uma obra individual, de um único homem, mas faz parte de um “processo de convergência das ideias autoritárias de direita numa sociedade em transição, sob impacto de uma nova situação internacional” (TRINDADE, p. 277), na qual o modelo europeu dos movimentos fascistas influenciam diretamente a organização da Ação Integralista. Para o autor:

A diversidade de movimentos autoritários no Brasil e na Europa, entre as duas guerras, faz do Integralismo uma ideologia eclética que, enraizando-se num nacionalismo telúrico, no messianismo místico da nova raça mestiça e incorporando os grandes temas do pensamento autoritário brasileiro anterior funde-se, numa nova síntese, com o tradicionalismo social e religioso do integralismo lusitano e

do salazarismo, o estatismo romano e o corporativismo do fascismo italiano e o antisemitismo de inspiração nacional-socialista (Ibid., p. 279).

2. AS DOUTRINAS INTEGRALISTAS POR SEUS MESTRES

Neste capítulo se analisará o diálogo entre o integralismo lusitano e o brasileiro através da produção escrita de seus maiores expoentes, por meio de seus discursos e suas representações. Para Chauí, há uma fragilidade teórica em relação ao pensamento autoritário brasileiro, entretanto há um efeito prático através de um discurso normativo:

O discurso integralista tem a peculiaridade de operar com imagens, em lugar de trabalhar com conceitos... o primeiro efeito da operação com imagens é de ordem epistemológica: as imagens são um espelhamento ampliado e iluminado da experiência imediata, dotadas da capacidade de unificar aquilo que nesta última aparece fragmentariamente. Unindo o disperso, a imagem, espelho dos dados imediatos, exclui a reflexão e, simultaneamente cria a ilusão de conhecimento, graças ao seu aspecto ordenador. Esse procedimento possui também um efeito de cunho psicológico servindo tanto para apaziguar o destinatário pondo em ordem sua experiência, quanto para alarmá-lo com a desordem existente no mundo (CHAUÍ apud DITZEL, p. 120).

É a partir deste efeito de cunho psicológico, que se pode perceber também no movimento lusitano, que iremos analisar alguns aspectos comuns presentes nos textos de António Sardinha e Plínio Salgado, em relação as suas produções enquanto intelectuais de engajamento político de acordo com suas especificidades já trabalhadas no primeiro capítulo. Discutir-se-á de que maneira a produção desses intelectuais aspirava conduzir o movimento integralista no Brasil e em Portugal, posto que acabava por envolver não só o âmbito político, mas também questões relativas a vida privada, profissional e religio-

sa de um determinado contexto, a partir da construção de um imaginário coletivo. Conforme afirma Branislav Baczko, o imaginário social corresponde a um “dispositivo do exercício da autoridade e do poder,” sendo assim é “uma representação total e globalizante da sociedade como uma ordem em que cada elemento encontra o seu lugar, a sua identidade, e a sua razão de ser” (BACZKO, 1985, p. 309).

Posto isto, através da análise dos textos dos principais articuladores dos movimentos integralistas, se pode tentar estabelecer um paralelo entre a monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar do integralismo lusitano com o municipalismo, o antifederalismo, o sindicalismo corporativista, o nacionalismo tradicionalista e espiritualista do integralismo brasileiro.

2.1. Os intelectuais e a política

A princípio, o termo “intelectuais”¹⁰, possui dois sentidos principais, o primeiro é referente a noção de intelectual como técnico, ou seja aquele que possui um conhecimento especializado, como advogados, médicos, engenheiros ou então “trabalhadores não manuais”, noção esta que estava presente principalmente da antiga URSS e nos escritos de alguns sociólogos americanos. O segundo vai ao encontro a noção de “escritores engajados”, dos quais fazem parte cientistas, estudiosos e artistas, ou quem adquiriu através de alguma atividade cultural uma certa influência e autoridade nos debates públicos (Ibid., p. 637). O intelectual por engajamento ou vocação dedica-se ao campo das ideias e aos sistemas simbólicos, sejam eles políticos,

ideológicos ou religiosos. Ele “ultrapassa o campo de sua competência profissional (romancista, historiador, sociólogo, físico, etc.) para falar de coisas nas quais não é expert, mas em relação as quais julga-se implicado e preocupado” (LECLERC, 2004, p. 17).

Sabe-se que o termo foi utilizado para denominar alguns clérigos da Idade Média (LE GOFF, 1975), assim como Gramsci considera o clero uma forma de intelectualidade. Entretanto, para Leclerc, assim como para outros estudiosos do tema, esta posição se configura como anacrônica, pois o intelectual seria “o resultado de uma mutação excepcional, ocorrida na Europa a partir do Renascimento e que produziu seus efeitos na época das Luzes”. Ainda afirma que “os intelectuais estão ligados à modernidade, isto é, ao secularismo, ao pluralismo religioso, ao nascimento das liberdades de pensamento e de publicação codificadas no final do século XVIII pela Revolução Francesa” (Ibid., p. 18).

Partindo de uma noção de intelectuais conservadores é que se configura a posição destes homens de letras, que procuram estabelecer a manutenção da ordem a partir de uma perspectiva da moral cristã.

Os conservadores terão que decantar as experiências do presente para controlar os seus desdobramentos futuros e evitar mudanças drásticas, baseando-se na ideia de forças históricas, das quais julgariam ser os legítimos interpretes. Em nome do crescimento orgânico da nação, governos conservadores tentariam conter internamente os avanços da democracia e buscariam a criação de reservas – humanas, materiais e bélicas – para além de suas fronteiras (SILVA; MEDEIROS; VIANNA, 2000, p. 97).

Pode-se observar que muitos destes intelectuais se constituem como elites diri-

10 O termo tem seus primeiros registros na Rússia, criado pelo romancista P.D. Boborykin na metade do século XIX, a palavra *inteligenciya* indicava um grupo social específico da Rússia Czarista e de alguns países eslavos, uma classe considerada culta. Algum tempo depois o termo se espalhou pela Europa com o mesmo sentido. Mas é em 1898, na França, que sua segunda forma ganha destaque a partir do documento *Manifeste des intellectuels* escrito durante o chamado Caso Dreyfus. Ver mais a este respeito em: BOBBIO, Norberto (Org.). **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1995. Dicionário de Política p. 637

gentes ou aproximam-se das mesmas a fim de manter e consolidar o poder político no Brasil, por exemplo, mas que se estendem a outros Estados modernos. Estes indivíduos conservadores encontram nas propostas autoritárias, o caminho para a manutenção do *status quo* destas elites. Portanto, os intelectuais mantem essa relação com o Estado através de cargos políticos sendo assim responsáveis pelas normatizações de um país, orientadas pelos seus posicionamentos políticos e sociais (MOURA, 2010, p. 34).

Como este trabalho visa traçar um paralelo entre Portugal e Brasil é interessante destacar a relação existente entre estes intelectuais conservadores em outros contextos. Como é o caso da dissertação de Carlos André Silva de Moura, o qual tem como objeto estes intelectuais e a política no município de Recife, capital do estado de Pernambuco, fugindo do eixo Rio-São Paulo, e que demonstra as ligações e a influência da doutrina lusitana entres estes intelectuais do nordeste do país, tomando como representante, neste caso, Manoel Lubambo:

Durante a sua trajetória jornalística e política, Manoel Lubambo manteve relações com o movimento de Restauração Católica Lusitana, principalmente devido ao seu entusiasmo com as ações de António Sardinha. Editor do jornal *Fronteiras*, em vários artigos demonstrou admiração pelo intelectual português e pela forma política que era aplicada no país ibérico antes da Proclamação da República em 1910 (Ibid., p.40).

Moura demonstra também que os “letrados conservadores”¹¹, afiguram-se como indivíduos que refletiam sobre as mudanças na ordem social no Brasil, a partir de um segmento religioso, e que não são apenas os “letrados de esquerda” que realizam crítica social e reivindicações sociais. No entanto, o principal objetivo destes intelectuais em questão, conservadores, seria propagar seus

discursos de manutenção da tradição e de conservadorismo político. O autor escreve que “o principal elemento de identidade dos intelectuais estava baseado na cultura e nas tradições, sendo também um dos principais pontos de discussões e ações políticas no Brasil.” Característica que se estende a obra de Plínio Salgado e António Sardinha como veremos a seguir.

2.2 Os Mestres

António Sardinha e Plínio Salgado se inserem neste contexto, ou nesta “categoria” a qual denominamos intelectuais. Vale ressaltar aqui a diferença estabelecida em suas biografias em relação ao caminho que percorreram para se constituírem como tal. Sardinha formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, portanto a academia lhe confere este status de intelectual. Enquanto Salgado, que por dificuldades financeiras, não conseguiu concluir seus estudos formais, tornou-se um autodidata, e adquiriu o status de intelectual através principalmente do reconhecimento de seus pares.

Sardinha destacou-se como poeta e ensaísta. Além de algumas produções literárias e dos artigos publicados na Revista *Nação Portuguesa*, as obras que se destacam em relação à doutrina integralista são: “O valor da raça” (1915), “Ao princípio era o verbo” (1924), “A teoria das cortes gerais” (1924) e “Ao Ritmo da Ampulheta” (1925). Para esta análise foram selecionados os artigos publicados na “*Nação Portuguesa*” por se caracterizar como o principal órgão de divulgação do Integralismo Lusitano e ao levar-se em conta também a possibilidade de acesso as fontes.

Plínio, em suas primeiras obras, anteriormente citadas, já aponta para algumas características de seu projeto. Entretanto,

11 Termo utilizado pelo autor.

para esta pesquisa foram selecionados alguns textos mais específicos em relação a doutrina do integralismo. Publicados na Coleção Obras Completas em 1955, destacam-se os textos “Psicologia da Revolução” e “O que é o Integralismo?”, editados no ano seguinte ao Manifesto de 1932. Estes possuem prefácios detalhados sobre a concepção de suas obras. Salgado escreve que o primeiro foi escrito especialmente para as “elites pensantes”, para que estes compreendessem os objetivos do movimento e auxiliassem na divulgação e doutrinação. Já na segunda obra, o autor explica que procurou escrever de forma acessível e simplificada para que todos os brasileiros pudessem conhecer os ideais do movimento.

2.3. Imaginário e representações: as temáticas

Ao considerar as palavras de Castoriadis (1992c, p. 83-101), assume-se que a imaginação é comum a todo ser humano, sendo que se apresenta de maneira singular para cada um destes. Entretanto, torna-se igual quando se constitui em *imaginário social*. Não é a racionalidade que define o homem em sua essência, nem a lógica na forma funcional, pois estas são características comuns a todos os seres vivos. “O que faz a essência do homem, precisamente é a imaginação criadora” (Ibid., p. 90). Para o autor, o homem, possui a necessidade de encontrar “sentido” para suas ações, sendo que assim acaba criando um sentido para suprir essa necessidade e a partir deste imaginário social, criando linguagens, instituições, e costumes que não podem ser dissociados das questões psíquicas do ser humano e de seu contexto histórico e social. Baczko afirma que:

O controle do imaginário social, de sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atitudes individuais e cole-

tivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças (BACZKO, 1985, p. 312).

Dessa forma, as publicações de António Sardinha e Plínio Salgado, colaboraram para estabelecer determinados valores e representações para seus contemporâneos, bem como expressar os seus pensamentos e de seus pares, os quais dialogam em um imaginário coletivo. O imaginário se constitui também como um campo de lutas políticas e ideológicas, no qual se deparam diferentes interesses sociais e pelo qual é possível mobilizar e agregar pessoas (SERBENA, 2003, p. 5).

Neste sentido, busca-se o conceito de imaginário enquanto um elemento fundamental no campo político, e de mudanças políticas e sociais, nas quais se constroem novas identidades coletivas, representadas aqui pelo discurso de dois movimentos que propõem mudança em relação a configuração política de seus respectivos países.

Um aspecto levantado por Carlos Augusto Serbena, que merece atenção nesta análise, é a relação entre ideologia e imaginário. O autor coloca que o discurso que assume uma função ideológica, devendo ser pensado além do “meramente discursivo” ou racional, ou seja, se faz necessário buscar outros aspectos como “imagens, símbolos, sonhos, aspirações, mitos, fantasias, muitas vezes pré-rationais e com forte conotação afetiva que existem e circulam nos grupos sociais” (Ibid., p. 2). Características estas presentes nos discursos doutrinadores de ambos os mentores intelectuais aqui analisados e que poderão ser observadas no decorrer do texto em relação as temáticas escolhidas.

2.3.1 Monarquia e República

A instauração da República em Portugal ocorreu em 05 de outubro de 1910, e foi,

segundo Paulo Archer de Carvalho, marcada por forte discurso nacionalista, ainda que este patriotismo fizesse parte de um referencial iluminista do universalismo e do cosmopolitismo.

E mesmo consolidada a república, o patriotismo continuará a ser um poderoso leitmotiv de toda ação política. Quer nos preâmbulos dos primeiros diplomas legislativos (incluindo o próprio texto constitucional), quer nos discursos oficiais, onde por vezes se chega a anunciar um messianismo da pátria (...) Esta mitificação da pátria irá ser prolongada ao longo do século XX entre as hostes intelectuais que se opõem ao nacionalismo (ou melhor, às formulações institucionais do nacionalismo) (CARVALHO, 1993, p. 34).

O conceito de nação está presente na essência do programa do Integralismo Lusitano, o qual pretendia estabelecer “uma monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar, conjugando uma tendência concentradora, personalizada no poder pessoal do rei” (Ibid., p. 36). O autor afirma que os integralistas possuíam um conceito espiritual de nação, enraizado na história, e que se configurava com a própria monarquia, “na sua completa significação, Monarquia em Portugal valia o mesmo que Pátria, de que era o órgão necessário à vitalidade, à sua independência e à sua duração” (SARDINHA, apud CARVALHO, 1993, p. 37).

O rei a chave da abóbada social, não é um senhor onipotente que sobre uma paisagem de forças e poles se venera de recuas. O Rei é, pela confiança serena de todos, pela custódia que todos lhes confiam, o defensor que nos guarda, o juiz que nos protege (SARDINHA, 1914, p. 93).

A vontade do Rei já não reside em si, - na sua real opinião. Reside na soma de normas Moraes que lhe circunscrevem o mandato. Os reis, delegados de Deus na terra, não administram os povos como um bem de que se tende obter unicamente conveniências. Os Reis possuem mais deveres que direitos, - perante as inibições religiosas da época refreiam os a mais poderosa das letras, que é a letra invencível dos espíritos (Ibid., p. 95).

Em seus artigos, Sardinha deixa claro que a doutrina integralista não quer apenas restaurar a Monarquia em Portugal, mas sim restaurar Portugal pela Monarquia. Ele acredita que restabelecer as instituições tradicionais é o caminho para reorganizar a nacionalidade de acordo com o que ele considera como natureza histórica (SARDINHA, 1914, p. 359).

Ao analisar as Repúblicas, Sardinha faz uma crítica severa, chegando a prever seu fim, a partir de uma leitura clássica de história. Para ele a história de Roma permitia que se constatasse que o fim da República era inevitável e o melhor para uma nação, ou no caso em tela para o Império Romano que só se estabelece após o fim do período republicano.

A análise de Sardinha feita a respeito dos Estados Unidos da América nos permite conhecer a sua opinião sobre o assunto:

Olhemos de seguida para a América, consentindo-se-me que eu renove a afirmação, feita ao alto, de que a história se repete. Tomem-se os Estados-Unidos para prova. O regime industrial que lá vigora é, em outras circunstâncias, a ressurreição do nosso velho feudalismo. Ontem tínhamos os suseranos cheios de arrogância detrás dos muros do seu castelo e a força ali à mão, em barrotes erguidos no ângulo d'uma torrinha. Hoje há o rei do petróleo, o rei do algodão, o rei da hulha, - outros tantos suseranos não menos condoídos que os de antigamente (...). É essa a brecha por onde a Monarquia entrará nos Estados-Unidos. Apesar de a república ser normalíssima lá, porque corresponde bem à evolução d'um país saído a pouco do colono, o ouro capitalista leva direito a um César, tão seguro, tão inevitável, como em Roma (SARDINHA, 1914, p. 251).

E continua:

Assim morreram as repúblicas de outrora, assim morrerão as da nossa época. Mas as repúblicas antigas eram aristocráticas – observa-se-me há. – Oligárquicas – retifico eu. E ou, com um patriciado oneroso, ou com a burla parlamentar legitimando as ambições dos profissionais da governança, ontem como hoje, as repúblicas são idênticas, não varia-

ram como o tipo zoológico não varia através das alterações incessantes da espécie. São sempre um governo de classe. E como governo de classe, o predomínio d'uma casta, o apanágio d'uma oligarquia (Ibid., p. 251).

Através de seu posicionamento é possível perceber que apesar do que se pensa, a priori, em relação ao sistema monárquico, como um sistema desigual e excludente, posto que o poder é permitido apenas a quem possui herança genética de uma determinada família, para Sardinha este não seria um sistema desigual e sim o ideal para que todas as outras classes convivessem em harmonia de acordo com sua função perante a sociedade.

No que diz respeito à República, Plínio Salgado desenvolve sua crítica ao que ele denomina de liberal-democracia, que corresponde ao modelo de República da maioria dos países do continente americano, que se espelham principalmente no modelo Estadunidense. Enfim, há uma crítica ao modelo de sistema republicano ali vigente.

O liberalismo impunha, contra o espírito profundo da unidade nacional, o seu sentido de desagregação de ruína através da ação contínua da advocacia os grupos estaduais e os cambalachos de bastidores. Chegado ao período agudo em que o federalismo já traduzia a aspiração nítida da independência política regional, os inimigos inconscientes da Pátria, unidos aos conscientes, precipitaram a última etapa da fase monárquica, realizando a República e a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, que consagrou o princípio segundo o qual o Brasil estava condenado à morte (SALGADO, 1955, p. 33).

Através da implantação do Estado Integral, Plínio desejava acabar com o federalismo, ou seja, com a forma de República estabelecida no país, segundo ele baseada na “liberal-democracia”. Não era contrário ao sistema republicano, mas acreditava que o regime implantado não era favorável a nenhum cidadão, nem para o capitalista, o operário, o industrial, o comerciante ou para o agricultor. Pois, para ele, “num regime as-

sim, cada qual trate de se salvar por meio de aventuras pessoais, muito embora os ideólogos fanáticos hipócritas clamem pela moralidade administrativa” (Ibid., p. 41). Só o integralismo seria capaz de estabelecer a “verdadeira” democracia, através da implantação da ordem e da disciplina, amparadas pelos preceitos cristãos.

2.3.2 Democracia

Segundo Norberto Bobbio (1995, p.319), o problema da Democracia, de suas características e relevância é antigo, “tão antigo quanto a reflexão sobre as coisas da política, tendo sido reproposto e reformulado em quase todas as épocas” (Ibid., p. 320). E que divide-se basicamente em três teorias: a teoria clássica, a teoria medieval e a teoria moderna, as quais possuem características divergentes, que não serão analisadas profundamente nesta pesquisa, posto que o conceito é complexo e objetiva-se pensar apenas a democracia, a partir da teoria moderna, apresentando as leituras dos intelectuais em questão. Na teoria moderna da Democracia se confunde com a República, mas devemos considerar que existem ideologias opostas e que se dizem democráticas, como é o caso do liberalismo e do socialismo. Em relação ao integralismo, podemos perceber uma crítica à democracia plena. O integralismo lusitano é essencialmente monarquista, logo a democracia não é nem posta em debate. Já no Brasil, esta é uma questão relevante, visto que o sufrágio universal é amplamente combatido por Plínio e seus correligionários.

Apesar de se colocar contra o socialismo, ou melhor, o bolchevismo, termo este mais utilizado por Sardinha, é interessante notar que em relação ao tema “democracia”, o autor compartilha do pensamento de Lenin no que diz respeito a crítica que este faz em relação ao tema, inclusive afirmando que

Charles Maurras concordaria com o líder russo, utilizando suas opiniões em diversas passagens.

Desde que nas democracias a razão do Estado reside do critério da opinião pública e na lei da maioria, não se negará a Lenine uma recta dedução nas suas considerações. Se a sociedade não é mais de que um composto aritmético de indivíduos, não se entende, na verdade, que a parte mais numerosa viva sujeita ao egoísmo e aos interesses parasitários dum grupo reduzido de políticos e banqueiros, - exploradores privilegiados do Ouro e do Poder (SARDINHA, 1922-23, p. 8).

Em *O Conceito da Democracia Cristã*, como o título sugere, Plínio Salgado busca explicar o conceito de democracia que ele considera ideal: a Cristã. O autor utiliza de argumentos de conotação moral para os cristãos, para justificar a sua crítica ao sufrágio universal, principal questão debatida por ele, a respeito do tema.

A democracia cristã é uma democracia de consequências; é um efeito jamais uma causa. A sua fonte, neste caso, não pode ser a massa bruta e incapaz de discernimento, a vontade da multidão inconstante conduzida ao sabor dos audaciosos. A sua fonte são os princípios da doutrina, as regras originárias de uma concepção de vida. É desses princípios, dessa doutrina, dessas regras que decorre o conceito da democracia cristã (SALGADO, 1955, p. 372).

E prossegue:

Só os loucos e os perversos poderão aceitar uma democracia que não sabe para onde vai, nem o que quer, e que tudo aceita desde que assim decida a insensatez das massas manobradas por agentes externos. Só os em que se apagou a luz da razão proclamam idoneidade e justiça em ordens políticas onde a verdade e o erro gozam da mesma cidadania, que consiste na definição e na não consideração de ambos, desde que só vale o arbítrio das multidões volúveis e inconsciente (Ibid., 392).

Partindo da noção de Estado Integral, almejado por ambos, sendo a monarquia

orgânica para o integralismo lusitano e uma câmara orgânica para o integralismo brasileiro, apesar de ser utilizado por ambos o termo “democracia”, para Alexandre Martins Vianna (SILVA et. al, 2000, p. 122) esta noção presente no pensamento dos conservadores do século XIX, não deve ser confundida com Democracia, pois suas doutrinas baseavam-se na desigualdade como princípio da ordem pública. “A capacidade política era hierarquizada pelo nascimento ou pela inserção funcional-profissional” (Ibid., p. 392).

2.3.3. Municipalismo

O municipalismo é um ponto central e em comum do integralismo lusitano e do brasileiro. Ambos, em seus projetos, colocam o município como base da estrutura burocrática do Estado ou “células do Estado”. Para Plínio e António, as doutrinas do século XVIII e XIX, teriam sido fundamentadas no individualismo, gerado a partir das leituras de Rousseau, do cesarismos, dos absolutismos mascarados como monarquias democráticas e as repúblicas socialistas. Com todas estas características, para Sardinha o município foi uma das instituições que mais sofreu perdendo sua autonomia. Os municípios seriam “elaboradores do patriotismo local, graças a eles se originou e abriu as asas o patriotismo nacional” (SARDINHA, 1922-23, p. 301). Para tais considerações Sardinha utiliza muitas citações de outros pensadores, destacaremos a de Tocqueville, a qual nosso personagem considera “memorável”:

O município existe em todos os povos, quaisquer que sejam suas leis e costumes. Organiza e forma tanto os reinos como as repúblicas. O Município parece que saiu das mãos de Deus. É a primeira escola, onde o cidadão deve aprender os seus deveres políticos e sociais (Ibid., p. 302).

Em vários trechos o autor reforça a ideia de que o Município, assim como a família, surgiu antes do Estado, e por isso ocupa uma posição importante em seu projeto político. Para ele a organização local é algo mais que uma questão de administração pública:

Só o localismo não basta, - é certo. Mas sem o localismo, não há nacionalismo nem cidadãos: não passamos de simples administrados pelo partido que usufruir do poder. Duas modalidades de localismo existem: - A Cidade, aglomeração de indivíduos, ou o Município, propriamente dito, aglomeração de famílias. Factores imprescindíveis para se obter na sociedade a penetração do elemento humano, - criador, com o elemento político, - coordenador, a transformação do Estado necessita de não desdenhar o concurso dessas caríatides tão sólidas. Dediquemo-nos em Portugal a despertar o espirito localista decaído! E logo se verá que as raças não morrem desde que estejam em contacto com a nascente sagrada das suas energias! (SARDI-NHA, 1922-23, p. 375)

Salgado tem um posicionamento muito próximo em relação a esta temática. Para ele o “município é uma reunião de famílias,” (SALGADO, 1955, p. 108) portanto “célula da nação”. É nos municípios que o nacionalismo e o amor à pátria se desenvolvem e é nos municípios que a população participa politicamente do Estado.

Os municípios devem ser autônomos em tudo o que respeita a seus interesses peculiares, porque o município é uma reunião de moradores que aspiram ao bem-estar e ao progresso locais. A moralidade administrativa pode ser fiscalizada pelas próprias classes, pois o que determinava a desmoralização das Câmaras Municipais, no sistema, no sistema democrático, era a politicagem, o apoio, com que contavam os chefes políticos locais, dos dirigentes da política estadual. (...) O município, portanto, sede das famílias e das classes, será administrado com honestidade, será autônomo e estará diretamente ligado aos desígnios nacionais (Ibid., p. 108-109).

O municipalismo era, para ambos, um dos pilares de seus projetos, bem como do próprio Estado.

2.3.4. A questão cultural: a Religião e a Família

Como se descreve no decorrer deste trabalho, o integralismo, tanto o brasileiro quanto o lusitano, se caracterizam não apenas como um movimento político mas também como um movimento cultural. Os aspectos que nos levam a esta “conclusão” são dois temas bastante recorrentes na produção dos mestres integralistas: a família e a religião.

Quando nos referimos a cultura, podemos nos voltar a origem latina da palavra a qual nos remete a cultivo, cuidado; entretanto é difícil estabelecer uma única definição deste termo complexo e extremamente importante. Afinal, trata-se de tudo o que, numa dada sociedade, é adquirido, apreendido e pode ser transmitido. A cultura visa, portanto, todo o conjunto da vida social, desde os aspectos tecnológicos e às organizações institucionais até as formas de expressão humana.

O contexto cultural caracteriza tipos de cultura, isto é, conjuntos de conhecimentos predominantes de ideias estabelecidas, de crenças admitidas, de normas aceitas, de valores e de condutas específicas a cada cultura. Outra noção que dialoga com esta questão é a noção de identidade. Boaventura de Sousa Santos, diz que para se discutir identidade, “é crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados” (SANTOS, 1997). Para ele, a preocupação com a identidade nasce com a modernidade, na qual a subjetividade do outro é negada pelo fato de não corresponder às subjetividades hegemônicas em construção, no caso a ideia de indivíduo e de Estado.

Posto isto, a partir da obra de Santos, pode-se analisar os dois conceitos propostos, pois ambos se apresentam diretamente relacionados. Primeiramente o autor diz que, sob a proteção do capitalismo, a mo-

denidade deixou que as múltiplas identidades e os respectivos contextos que a habitavam fossem restringidos a fidelidade ao Estado. Como alternativa a essa polarização (indivíduo – Estado) o autor compara as contestações românticas e marxistas diante da identidade, escrevendo que a contestação romântica propõe a recontextualização da identidade por via de três vínculos principais: o étnico, o religioso e o com a natureza. Já a marxista propõe a recontextualização através do vínculo da classe.

Para Santos, as identidades se constroem numa linha de tensão entre *demos* e *ethos*, ou seja entre o povo/sujeitos, e o conjunto de hábitos e ações de uma determinada comunidade. Entretanto, o Estado liberal tende a acabar com essa identificação. “A multiplicação e sobreposição dos vínculos de identificação – a que hoje assistimos – particulariza as relações e, com isso, faz proliferar os inimigos e, de algum modo, trivializá-los por mais cruel que seja a opressão por eles exercida” (SANTOS, 1997, p. 147). O fator que ainda sustenta esta tensão é a cultura.

Pode-se perceber alguns destes aspectos nas produções integralistas. A tentativa de se construir uma identificação através de vínculos étnicos e religiosos é uma constante em seus textos, portanto ambos se “enquadram” neste viés romântico ao qual o autor se refere. Bem como, ambos criticam este Estado Liberal, talvez por também enxergarem esta fragmentação dos sujeitos em seus contextos, característica que atrapalha e atrasa seus objetivos nacionalistas. Portanto, se faz necessário construir um discurso que ordene e que inclua as ações individuais (*ethos*), para que se constitua também a ordem em uma comunidade (*demos*). E neste ponto, a religião é o fator que age como mediação cultural construindo sentidos e significados.

Para Sardinha a noção de cultura se confunde com esta moral cristã e determina a posição do sujeito em relação, por exemplo, a família, “instituição” cara para ele e para Plínio:

Em Portugal não existe um grau mediano de cultura. Se o possuíssemos, decerto que a superstição igualitária não teria ganho tanto caminho no espírito comum (...) Portugal é um país sem uma doutrina. Não nos espantará por isso que o senhor Cunha e Costa, autor da lei do divórcio, se confesse católico e que o senhor António Macieira, apologista do “em de família” se repete revolucionário. Anda tudo trocado. Regem-nos os mais inqualificáveis absurdos (SARDINHA, 1914, p. 245).

Em outro artigo Sardinha reafirma:

Nunca é de mais repetir-se que a base da sociedade é a família, e não o indivíduo. O erro revolucionário, desprezando essa razão natural, levou-nos assim ao desmentido das regras eternas que condicionam a existência dos povos. É de famílias que os municípios se compõem; é de municípios que as províncias se formam, dando lugar, por sua vez, à formação das pátrias (SARDINHA, 1916, p. 359).

A família é a base do Estado Integral, é a partir dela que se estabelecem os municípios e se constitui o Estado. A família não poderia ser diluída pelo divórcio, ao qual a Igreja se coloca radicalmente contra. Se a família enfraquece seus laços é o Estado que se torna frágil, é em relação a esta questão que se refere quando se fala em uma tensão entre o indivíduo e a sociedade, sujeito e povo.

Em um artigo denominado “A Revolução da família”, Plínio Salgado sintetiza e evidencia estas colocações. O autor observa que a primeira realidade do homem, assim que nasce, é a realidade da família, e questiona-se “como pode abandoná-la o individualismo? Como pode passar por ela o Coletivismo?” (SALGADO, 1955, p. 41).

Hoje, pensamos em restaurar o equilíbrio social, criando um Estado que, orientado por Princípios Eternos, vá buscar a sua força política numa fonte moral. Essa fonte de moralidade do Estado é a Família. Sem a Família não há dignidade do estado. O Estado espiritualista e cristão é o que se propõe manter o equilíbrio dos grupos, a fim de assegurar a intangibilidade do homem. A família é o grupo síntese, que oferece ao Estado o sentido dos lineamentos exatos (Ibid., p. 413).

Assim como Sardinha, o chefe da AIB faz uso não só da fé de seus prováveis leitores, mas como também do artifício da afetividade que envolve os laços familiares:

Tirem a família ao homem e fica o animal; façam dele a peça funcionando no Estado e teremos o autômato, infeliz, rebaixado, da sua condição superior. Que afeto, que conforto, que consolação poderá dar o estado a esse “ente-econômico”, na hora das grandes aflições, ou na hora da morte? Quem o animará, na hora das mágoas, que serão tão inevitáveis no regime da burocracia comunista, como em qualquer outro regime? (SALGADO, 1955, p. 106)

Para os dois mestres do movimento integralista, o homem e a família precedem o Estado, e é a família que consolida o mesmo. “O Estado mesmo é uma grande família, ou um conjunto de famílias. Com esse caráter é que ele tem autoridade para traçar rumos à Nação” (Ibid., p. 107). E assim Plínio justifica o poder total ao Estado.

A religião é um dos pontos centrais para ambas as doutrinas, mas especificamente o catolicismo. Portugal é um país de tradição católica tendo participação efetiva inclusive no período inquisitorial. E o Brasil, colonizado por Portugal também tem a sua história ligada ao catolicismo, devido a catequização jesuítica e também pela adoção como a religião oficial do Brasil até a Constituição de 1889.

Inclusive em seus textos, Sardinha resgata a história de Portugal como o povo “descobridor e desbravador” que levou a “civilização” para o Novo Mundo, como uma maneira de fomentar o orgulho nacional e disseminar seus ideais nacionalistas, bem como ressaltando a influência da religião:

‘Civilizar é espiritualizar’, - declara algures o filósofo Jacques Maritain. E a primeira Missa no Brasil, recordada como início da nacionalidade brasileira, define bem o ritmo que presidiu à fundação da grande pátria de além-Atlântico. O português, que se atirava à descoberta, levava consigo a Cruz e com a Cruz um patrimônio de cultura e sociabilidade, por cuja a virtude a Europa levantou por

cima de tantos povos decaídos ou sonâmbulos o facho do seu primado universal. O índio desapareceu na hora em que a liturgia cristã ergueu na selva brasílica a Hóstia imaculada (SARDINHA, 1922-23, p. 550).

Neste mesmo sentido, Salgado busca reconhecer e até mesmo agradecer a Portugal por ser responsável pela cristianização do Brasil e pela colonização, já que algumas vezes, até em seu período no exílio naquele país Plínio faz declarações em discursos se mostrando orgulhoso e agradecido pelo povo brasileiro ser formado também pelos portugueses e seus descendentes.

Falo-vos como um beneficiado e ao mesmo tempo herdeiro do gênio missionário de Portugal! Há quatro séculos, os navegantes lusos aportaram a uma terra desconhecida a que deram o nome de Santa Cruz (SALGADO, 1955, p. 95).

Em relação a estes discursos, pode-se citar um exemplo significativo de uma fala a este respeito, proclamado em 1944, em decorrência da comemoração da festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal. Plínio diz que quando os historiadores escrevem sobre o período colonial do Brasil, acabam partindo apenas do viés material e do objetivo comercial vindo de Portugal, sendo que para ele deveria ser destacada a missão que aquele país possuía: levar o cristianismo para suas colônias.

Hoje, decorridos quatro séculos, desde que os Padres da Companhia de Jesus abençoaram, no planalto de Piratininga, o matrimônio de duas raças, dois continentes, dois mundos; e, penetrando a densa floresta, lançaram, de tribo em tribo, a semente evangélica, o fermento do Reino de Deus – eis-me diante de vós, portugueses, para vos lembrar, numa fase histórica das mais críticas para a Humanidade, o papel que nos cabe, a portugueses e brasileiros, irmanados no espírito lusíada, como anunciadores da Verdade a um mundo que desmorona e rola, de abismo em abismo, por haver fechado os olhos à luz, desprezando o caminho da salvação e renegando a verdadeira vida.

Portugueses! Vira no meu sangue, de mistura

com o vosso, o sangue daquele povo cândido e inocente, que pregava as áreas territoriais da Grande Pátria. É o sangue que chamastes para a confluência do vosso próprio destino, integrando-o no Corpo Místico de Cristo! Seja, portanto, o resumo de minhas palavras a proclamação da realeza de Cristo. Proclamação feita por um brasileiro, no meio de portugueses, a exprimir a união de duas Pátrias dentro do Evangelho (Ibid., p. 97-98).

Além da relação Portugal-Brasil é possível perceber a forte presença do discurso religioso. É a partir de uma moral cristã católica que ambos regem seus projetos e definem os preceitos morais do movimento e de seus adeptos. Esta questão religiosa permeia todos os outros temas e pode ser percebida nas citações anteriores devido a correlação que é feita da religião com todos os aspectos da vida da nação.

Sardinha escreve que pretende restaurar o catolicismo em Portugal e mais uma vez atuar como propagador da religião em todo o ocidente:

Pois, penetrados dessa certeza solene, restauremos os direitos de Deus na sociedade, para que o trabalho dignifique como uma virtude e retome nos Lares e nas Oficinas a sua antiga realeza moral. Pela extrema desagregação a que o Estado chegou entre nós, talvez que a Portugal esteja reservado o destino glorioso de inaugurar a Ordem-Nova na Europa. Se for assim, - e eu creio que há-de ser! -, teremos recuperado a nossa vocação apostólica de povo conquistador e descobridor, levantando contra o tufão maximalista do Oriente o maximalismo christianissimo do mundo ocidental (SARDINHA, 1922-23, p. 12).

Sardinha critica inclusive os indianistas brasileiros, que segundo a sua ótica, não reconhecem e não valorizam o “bem” que Portugal fez quando chegou aqui e os catequizou, transformando o Brasil em um país majoritariamente católico.

Graças a Portugal, de mediterrânea civilização clássica, salva das ruínas do mundo antigo pelo Christianismo e acalentada durante a Idade-Média no regaço da Igreja, se tornou inteiramente em civilização atlântica.

As mãos de Portugal transmitiram ao Brasil o encargo de a guardar e enriquecer debaixo de novos céus, contemplando novas constelações. Traiem, por isso, as responsabilidades sagradas da sua pátria aqueles que apelam para um indianismo sentimental e sem consistência, calcando, como um trapo vil, a magnífica hereditariedade que pôs o coração do Brasil batendo a par do coração do Universo (SARDINHA, 1922-23, p. 549).

E no que diz respeito ao bem versus o mal, em *O que é integralismo*, obra escrita para apresentar a doutrina para a população brasileira, Plínio Salgado inicia o texto explicando que para ele só existem duas linhas de pensamento na sociedade, que seriam o materialismo e o espiritualismo. E ele as descreve de maneira extremamente maniqueísta:

Sob o signo espiritualista, a luta se atenua, porque entram na sua composição fatores modificativos, como sejam a bondade, a solidariedade humana, o anseio de aperfeiçoamento moral, o predomínio do senso estético e religioso, os sentimentos de Pátria, de Família, de renúncia, de pequenos sacrifícios glorificadores. Quando predomina o materialismo, também predomina o orgulho, a vaidade, a rebeldia, a discórdia, a indisciplina, razão pela qual as civilizações desabam, as Pátrias sucumbem, a sociedade apodrece na confusão desmoralizadora dos costumes; e a vida se torna insuportável para os que não estão no Poder, acastelados no governo ou na riqueza (SALGADO, 1955, p. 22).

O discurso espiritualista, contrário ao materialismo, se apresenta como um elemento de persuasão, sendo também um elemento unificador das doutrinas integralistas. Em relação a esta questão Ditzel, escreve sobre a mística espiritualista do movimento integralista no Brasil:

Pode-se compreender a mística como uma união de uma pessoa ao mistério divino ou como crença em Cristo e nos Evangelhos. Ela se compõe de símbolos definidos da forma como explica Bourdieu (1989), ou seja, como instrumentos de integração social, de conhecimento e de comunicação, que tornam possível o consenso no que diz respeito ao sentido do mundo e que contribui para a reprodução da ordem social (DITZEL, 2004, p. 184).

Para Moura (2010, p. 52), o discurso religioso foi fundamental para a legitimidade política dos intelectuais conservadores da década de 1930, logo Plínio pode ser incluído como um destes intelectuais. Contudo, como já observado, para os intelectuais anteriores a este período a sentença também se faz verdadeira. O autor afirma que utilizando-se dos ensinamentos bíblicos, o pensamento destes homens refletia o caráter autoritário dos “escritos divinos”. O uso da “palavra de Deus” evitava questionamentos, pois os receptores identificavam os discursos como “verdade indiscutível”.

É importante ressaltar também a posição da Igreja Católica. Névio de Campos (2010) em sua análise sobre os intelectuais e a Igreja Católica no estado do Paraná, escreve que “a atitude assumida pela Igreja a partir da Revolução Francesa foi de reação às ideias, às instituições modernas e aos grupos que propagavam o ideário laicista” (Ibid., p. 33). A Igreja estava empenhada também em combater a mentalidade que se consolidava para permanecer influente no mundo moderno.

Conforme afirma Chartier “é preciso considerar as diferenciações culturais, não como a tradução de divisões estáticas e imóveis, mas como o efeito de processos dinâmicos” (CHARTIER, p. 186). Todas as representações percebidas através das temáticas propostas devem ser consideradas a partir de um processo dinâmico, e não apenas como um discurso de “mão única” dos intelectuais para os seus leitores, mas também a sociedade se refletindo na produção escrita destes intelectuais.

Em primeiro lugar, obrigando-a a considerar os discursos em seus próprios dispositivos, suas articulações retóricas ou narrativas, suas estratégias de persuasão ou de demonstração. Os agenciamentos discursivos e as categorias que os fundam — como os sistemas de classificação, os critérios de recorte, os modos de representações — não se reduzem absolutamente às ideias que enunciam ou aos temas que contêm. Possuem sua ló-

gica própria — e uma lógica que pode muito bem ser contraditória, em seus efeitos, com a letra da mensagem. Segunda exigência: tratar os discursos em sua descontinuidade e sua discordância. Durante muito tempo, pareceu fácil o caminho que levava a concluir a partir da análise temática de um conjunto de textos a caracterização de uma “mentalidade” (ou de uma “visão do mundo” ou de uma “ideologia”), e depois fazia passar desta última a uma consignação social unívoca. A tarefa parece menos simples desde a partir do momento em que cada série de discursos seja compreendida em sua especificidade, ou seja, inscrita em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veracidade (Ibid., p. 187).

2.3.5. Nação e Nacionalismo

O movimento integralista surge a partir de princípios formulados entre os intelectuais, tanto no Brasil, com a Sociedade de Estudos Paulistas, quanto em Portugal com os estudantes da Universidade de Coimbra, para só então, com as ideias consolidadas, passar para um segundo momento, para a ação política. Ambos possuem um projeto político bem definido, cuja preocupação ou objetivo final seria construir e manter uma nação portuguesa e uma pátria brasileira, integral, forte e “superior”.

O nacionalismo é sem dúvida o tema que mais aparece em todas as fontes pesquisadas. Todas as características fundamentais dos movimentos, como o antiliberalíssimo, o anticomunismo, moral cristã católica, o municipalismo e a valorização e preservação da família, acabam por culminar neste único tema.

Segundo Hobsbawm, antes de 1884 (conforme o Dicionário da Real Academia Espanhola), a palavra *nación* significava “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino”, entretanto após esse ano, o termo aparece como “um Estado e seus habitantes, considerados como um

todo” ou ainda “conjunto de los habitantes de um país regido por un mismo gobierno” (HOBSBAWN, 1990, p. 27). O autor apresenta as mudanças no conceito de nação e a diferenciação de um conceito moderno de nação em relação aos critérios debatidos no século XIX no que diz respeito a sua definição, critérios estes que podem ser: etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns.

Na Europa, no que diz respeito ao nacionalismo de direita, o Estado justificava os interesses da nação pela superioridade racial ou cultural frente a outros povos. Este nacionalismo buscava adesão através dos seus ideais românticos, criticando o racionalismo iluminista. E estes critérios, levantados por Hobsbawm, são amplamente utilizadas no território Europeu, e em Portugal, especificamente, nos discursos integralistas, para se resgatar esta nacionalidade. Em relação à história, Sardinha critica o primeiro volume de *História de Portugal*, escrita por Fortunato de Almeida, dizendo que é um equívoco chamá-lo de historiador, por se tratar de um texto que não se aprofunda em muitos aspectos, apenas expondo os fatos ocorridos:

Para o senhor dr. Fortunato de Almeida a História é o que já foi, -relata-se como um objeto de museu, como um valor estático limitado e condicionado no espaço e no tempo. Escapalhe assim o que, na História essencialmente dinâmica, existe de vivaz e contínuo. Só a epiderme dos acontecimentos o preocupa, e só a eles atende, na sua exígua expressão formal tal como os fixaria a impressionabilidade seca e mecânica duma chapa fotográfica (SARDINHA, 1922-23, p. 230).

Sardinha reconhece então a “capacidade” que a história possui para legitimar e reconhecer as ações dos homens. Sendo assim, utiliza-a em seus artigos constantemente para embasar a doutrina integralista. Percebe-se também em seus textos um conhecimento específico sobre o campo da história e sua escrita, criticando a Escola Metódica de Langlois e Seignobos. Parece-nos que

Sardinha é partidário da ideia clássica de história como “mestra da vida”, a qual deveria ser utilizada pela sociedade como exemplo para as escolhas e ações do presente. Estas características que podem ser observadas na citação seguinte:

Concordamos mais uma vez com o senhor dr. Fortunato de Almeida na falta de uma História de Portugal, condição indispensável para a disciplina e consciência do forte instinto nacionalista que, anárquico e contraditório, se manifesta por toda a parte, no nosso país. Mas essa história será ora de síntese, tocada da visão interior da alma – pátria, em que se aprenda na sua magnífica unidade a *idéa directriz* que preside ao desenvolvimento e a persistência da Nação portuguesa. Sem espírito de historiador, o senhor dr. Fortunato de Almeida é uma vítima da metodologia, marca Langlois ou Seignobos, em que a erudição se confunde, por uma bastardia ignóbil, com a missão propriamente dita da História (Ibid., p.239).

Como visto anteriormente, para os territórios europeus, incluindo neste caso Portugal, a construção da nação e do nacionalismo pode fazer uso de vários critérios e estratégias para consolidar e agregar suas ideias, enquanto que o Brasil, inspirado pelo continente europeu, procura construir também a sua nacionalidade. No entanto, segundo Guimarães (1988, p. 5 27), a busca por uma identidade própria de Nação Brasileira se deparou com certa dificuldade devido à composição heterogênea da sociedade composta por negros, índios e brancos. O critério da etnicidade já não poderia ser utilizado e junto com ele, muitas vezes, também o da língua e da religião. O que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, possuía era o critério de um mesmo território e um mesmo governo seria necessário então cumprir a sua função para a solidificação de uma ideia de nação: a construção das lembranças históricas comuns.

O IHGB tem um projeto de história nacional bem determinado. Há uma tentativa de homogeneização através da definição “do

outro”, como as Repúblicas Latino-Americanas e da restrição do conceito de nação aos brancos. O projeto consistia em dar conta de uma gênese da nação brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso. Ressaltando que o Instituto definia-se como uma instituição científico-cultural e não oficial, portanto, neutra em relação às disputas políticas-partidárias, sendo a única e legítima instituição capaz de desvendar o verdadeiro caráter nacional.

Essa “ideia de uma história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro” (GUIMARÃES, p. 17), desenvolvida no artigo de Von Martius (1845, 381-403) e na produção de Varnhagen, expressam o projeto do IHGB e as suas intenções políticas no que se refere a construir uma assimilação entre as províncias a fim de centralizar o poder, buscando uma certa unidade para que houvesse uma identificação enquanto nação.

O próprio nome do Instituto indica que é a partir da história, assim como da geografia, que seu projeto seria desenvolvido. A história é, portanto, indispensável para a construção da nacionalidade, e é através da coleta e publicação de documentos sobre a história do Brasil e do incentivo ao ensino público de estudos de natureza histórica, que o IHGB atuara, com o apoio do Imperador, diretamente nessa experiência de criação de uma nacionalidade. É pertinente ressaltar que muitas das concepções postas nesse período, meados do século XIX, estão presentes na obra de Plínio de Salgado, no século XX e podemos nos arriscar a dizer que permanecem no imaginário da sociedade brasileira.

No prefácio da obra *Despertemos a Nação*, Plínio faz uma retrospectiva da sua vida e de sua obra, para contextualizar a produção desses escritos, os quais fazem referência também ao próprio histórico da Ação Integralista Brasileira e seu projeto. A primeira

parte do texto é uma conferência pronunciada em 1926 no salão do Correio Paulistano, na qual faz considerações sobre a literatura moderna. Neste texto o autor diz que o brasileiro é muito inteligente e facilmente se adapta a todos os costumes, ideias, conceitos e preconceitos, a todos os servilismos morais e mentais (SALGADO, 1955, p. 31).

Em relação a estas questões “o chefe” da AIB escreve que:

Todas as nossas atitudes tem sido antinacionalistas. É muito comum vermos um brasileiro, à passagem de uma tropa, que leva o pavilhão nacional ao som das fanfarras, tirar o chapéu, com um vivo entusiasmo brilhando nos olhos, o coração palpitando de emoção. E se ouve o hino nacional, é capaz de agredir aquele que distraidamente, não houver tirado o chapéu. Esse homem, entretanto acha que, se o Brasil tivesse sido descoberto por ingleses, colonizado pelos holandeses ou outra qualquer raça, teríamos progredido mais. E, dessa forma, ele renega a sua procedência portuguesa. Esse mesmo homem não considera o índio como a criatura humana a qual não havia chegado ao estagio pastoril, e condena-o como vadio e imprestável. Renega, dessa forma, a sua procedência indígena. Em seguida, manifesta-se com o maior desprezo pelo negro; e é, assim, injusto para com o grande fator da organização agrícola do país. Tal cidadão tem, portanto, uma consciência de inferioridade racial (Ibid., p. 118-119).

Só integralismo seria capaz de “salvar a pátria” e conduzir a nação. Sardinha, caminha na mesma direção, afirmando que a pátria não pode ser uma simples ligação geográfica e territorial, sendo os cidadãos apenas números, era preciso manter a continuidade da tradição e conduzir a nação portuguesa:

O nosso instinto nacionalista, saído da resistência secular da nacionalidade portuguesa, não possuía uma teoria, - uma doutrina, por que se conduzir a nortear. Sofríamos as consequências da pior das invasões, - da invasão das ideias formadoras do cosmopolitismo de 89, com o seu cortejo de indizíveis fobias contra todo que, lançando raízes do Passado, tirasse o seu alento ou da Igreja que conformara a unidade espiritual da Nação, ou da Realeza que a mantivera e consolidara (SARDINHA, 1922-23, p. 546)

Estabelecendo estes paralelos entre os dois integralismos, é possível perceber na produção destes dois intelectuais que todos os temas aqui apresentados dialogam com a questão da nação e da nacionalidade. Sejam as ideias contrarrevolucionárias, o conceito de democracia ideal, o modelo de Estado (monarquia ou república), no âmbito cultural da religião e da família, ambos estabelecem um projeto que busca a restauração da nacionalidade a partir da produção de seus textos e de sua ação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tolerância é a melhor das religiões.

Victor Hugo

O movimento integralista lusitano tem seu período de atividades oficiais entre os anos de 1914 e 1932 com a ascensão do Estado Novo em Portugal. O integralismo brasileiro inicia com a Ação Integralista Brasileira em 1932 e é colocado na ilegalidade no ano de 1937 com a implantação do Estado Novo no Brasil. Ambos são construídos e pensados sob os olhares conservadores do século XIX, da *Action Française* e de seus criadores, bem como sob as “bênçãos” da Igreja Católica, que procurava manter sua influência e alcance na sociedade que estava surgindo a partir do advento do liberalismo econômico e do socialismo científico.

Segundo Sardinha, os integralistas acreditavam na máxima: “ao município o que é do município, e ao estado o que é da nação”, e pode-se perceber que todas as ações dos mestres, as quais se materializam em seus textos, buscam convencer e agregar adeptos ao movimento baseando-se na tentativa de conscientização e apelo para um sentimento nacionalista e municipalista.

Em *A teoria do Município*, António Sardinha traduz estas considerações em um parágrafo:

Se deduz sem dificuldade como o Liberalismo e a Democracia, adversos por natureza ao Municipalismo, são adversos, por consequência, ao verdadeiro nacionalismo, exatamente, porque nos extintos centros da vida é a que a fisionomia da Nação se elaborava e fortificava através das suas formas imediatas, - a fonte, o adro da igreja, a casa da Câmara, a Torre do Relógio, a ponte morena com o rio correndo, manso, entre choupos luzentes. Tudo respirava, com a consciência da nossa pequena pátria, o sentido e adivinhação duma pátria maior. Então o “patriotismo” não se conhecia, como vocábulo sonoro. Mas existia o sentimento da Família e da Religião, - existia o brio profissional e o apego a vila em que se nascera e de cujas pedras seculares se dependurava o quadro pacífico das nossas aspirações. A revolução surgiu porém, - e com ela se desataram e esfarraparam metodicamente os laços que prendiam outrora os homens ao patrimônio ancestral e os somavam em actividades permanentes e continuas, as Comunas e as Corporações (SARDINHA, 1922-23, p. 308).

No presente estudo, o desafio foi compreender as especificidades do discurso dos intelectuais integralistas estabelecendo um paralelo entre o integralismo lusitano e o brasileiro. Deteve-se este no estudo das principais obras doutrinárias de Plínio e nos artigos de António Sardinha publicados na Revista Nação Portuguesa. Observa-se que os conteúdos das publicações convergiam para uma organização social una, indivisa, onde a vida de todos os indivíduos deveria ser controlada, normatizada e conduzida pelo monarca, no caso português ou pelo Chefe, no caso brasileiro. Apresentavam a doutrina integralista como a única forma de “sanar” os problemas nacionais, originados pela ascendência do materialismo sobre o espiritualismo. Identifica-se que a doutrina e as aspirações integralistas estão inseridas em um contexto histórico determinado, sendo assim não representaram um anacronismo, ou um discurso fruto de devaneios sem referências, pois havia em Portugal e no Brasil uma estrutura de pensamento que os sustentava. Contudo, os mestres integralistas necessitavam legitimar os seus ideais e,

portanto se aproximam do discurso moral e religioso utilizando símbolos e ritos, que compõem o imaginário cristão como forma de estabelecer uma identificação com seus militantes.

Sardinha viveu um período de transição de um sistema monárquico para um sistema republicano, sobre o qual ele visualizava forte influência estrangeira através do liberalismo e também do comunismo, situação próxima a de Plínio que acompanhou o processo de modernização do país, sob esta mesma influência. Era preciso barrá-la e enaltecer o que, segundo eles, era genuinamente nacional. Desta forma, a história aparece como um instrumento importante de legitimação da nacionalidade em ambos os países.

Plínio diz que é preciso que se ensine ao povo brasileiro a sua missão na história:

Precisamos crer entusiasticamente nas possibilidades imensas do Brasil; e longe de continuarmos a viver como lunáticos, preocupados em arte, com os deuses da Grécia, e batizando-nos crentes de todas as filosofias estrangeiras e fanáticos pelas ideologias exóticas e sugestões de outros climas, - procuraremos compreender a Nossa Terra, para nela descobrirmos as bases de uma cultura exclusivamente brasileira (...). Proclamemos a nossa independência intelectual! (...) É claro que não sugiro voltemos exclusivamente ao tupi: mas quero significar quanto nos afastaremos da Humanidade, afastando-nos da Nacionalidade. (...) Como nação, o Brasil é único na história de todos os tempos. Porque a sensível dissimelhança de suas regiões, a variedade de seus aspectos físicos, de sua produção, como complexo de suas possibilidades econômicas, - tudo repousa sobre uma unidade pasmosa, que se revela na unidade política dos sentimentos, que se alicerça na identidade das tradições, porem que funda a sua origem em fenômenos especialíssimos do meio cósmico e das forças étnicas profundas dos povoadores iniciais (SALGADO, p. 51-56)

Pode-se, por fim, ressaltar a relevante participação dos intelectuais em questão, para a formação e divulgação de um pensamento conservador, perceptível inclusive atualmente. Considera-se que o estudo do

Integralismo, com tantas características singulares e complexas, e a comparação desse movimento nos territórios lusitano e brasileiro, com as suas peculiaridades nesses países proporciona um olhar a mais sobre o tema.

FONTES

Revista **Nação Portuguesa** – N°1 da 1ª Série, Coimbra, 1914 ao n° 6 do XI volume, Lisboa, 1938.

SALGADO, P. **Obras Completas**, Vol. V. São Paulo: Ed das Américas, 1955.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND D. (orgs). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BAUMER, F. **O pensamento europeu moderno**. Vol. II. Séculos XIX e XX, Lisboa: Edições 70, 1990.

BOBBIO, N. (Org.). **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1995

BRAGA, A. F. C. **Paiva Couceiro e a contra-revolução monárquica (1910-1919)**. Dissertação (Mestrado em História), Braga: 2000, Universidade do Minho.

CALDEIRA, J. R. de C. **Integralismo e política regional: a ação integralista no Ma-**

- ranhão.** São Paulo: Annablume, 1999. P. 135
- CALIL, G. **O Integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa.** 819f. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Carla Luciana Souza da. (orgs). **Velhos integralistas: a memória de militantes do sigma.** Porto Alegre: EDIIPUCRS, 2000. 235p.
- CAMPOS, N. de, **Intelectuais e igreja católica no Paraná: 1926-1938.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.
- CARVALHO, P. A. de. **Nação e nacionalismo: mitemas do integralismo lusitano.** Coimbra, 1993. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea de Portugal) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CASTORIDIS, C. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, C. et al. **A Criação Histórica.** Porto Alegre: Artes e ofícios, p. 83-101, 1992c.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CHARTIER, R. **A História Cultural: entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio,** São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- DITZEL, C. H. de M. **Imaginários e Representações: O Integralismo dos Campos Gerais (1932-1955).** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.
- FALCON, F. “O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica”. In. SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). **O feixe e o prisma: uma revisão do estado novo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio...: Modernismo e Nacionalismo.** RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5 27.
- HOBBSBAWM, J. Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, Mito e Realidade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990
- IRSCHLINGER, F. A. **Perigo verde: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938) – Passo Fundo: UPF, 2001.** 248p.
- LECLERC, G.. **Sociologia dos Intelectuais.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.
- MARTINS, F. **Análise Social,** vol. XLIV 2009. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n190/n190a10.pdf>
- MOURA, C. A. S. de. **Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 – 1937).** Dissertação (Mestrado em História), Recife: 2010, Universidade Federal Rural de Pernambuco
- PATSCHIKI, L.. **Fora da doutrina Não Haverá Salvação – A Campanha de Plínio Salgado no Jornal Diário dos Campos (1955).** Trabalho de graduação, Ponta Grossa: 2008, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PINHEIRO FILHO, F. A. **A invenção da ordem**: intelectuais católicos no Brasil. Tempo soc. 2007, vol.19, n.1, p.38. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a03v19n1.pdf>, acessado em 11/06/2011.

PINTO, A. C. **A formação do integralismo lusitano (1907 - 1917)**. Revista Análise Social, vol. XVII, 1882. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461249Q5oNF3qf0Ky91XX0.pdf>, acessado em 05/06/2011

PINTO, M. I. M. B. **Urbes industrializada**: o modernismo e a Paulicéia como ícone da brasilidade. Rev. bras. Hist. [online]. 2001, vol.21, n.42, p.435-436. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n42/a09v2142.pdf>, acessado em 11/06/2011

RODRIGUES, C. M. **A Ordem - uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica/ FAPESP, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SERBENA, C. A. **Imaginário, Ideologia e Representação**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, nº 52, 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1944/4434>

SILVA, F. C. T.; MEDEIROS, S.; VIANNA, A. M. (org.). **Dicionário crítico do pensamento da direita. Ideias, Instituições e Personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ, Mauad, 2000.

TRINDADE, H.. **Integralismo: o Fascismo Brasileiro da Década 30**. São Paulo: Difel, 1979.